

MULHERES INTEGRALISTAS E O ANTISSEMITISMO NO BRASIL

HELENA LEWIN

Abstract

This article presents a panorama of the activities of women who participated in the *Integralist* movement in Brazil during the 1930s. The *Integralismo* was a Fascist organization related to the European Nazi Fascist movement, and was part of an ideological spectrum that openly favored radical nationalism. In this context, the task of the *Integralista* women was to form an electoral mass and, through the school system, to enhance the literacy of adults.

Para apresentar o texto “As Mulheres Integralistas e o Antisemitismo no Brasil”, faz-se necessária uma breve introdução a respeito dos fatores que possibilitaram a emergência do integralismo, sua ideologia e seu *modus operandi*.

Esse movimento político caracterizou-se como um dos fenômenos mais significativos da extrema direita no Brasil, na década de 1930 do século passado, sendo considerado o mais radical em relação a seus congêneres na América Latina, principalmente referido a Argentina e Chile.

A AIB (Ação Integralista Brasileira) nasceu em um período de ascensão das ideias autoritárias de direita no Brasil, a partir do marco político estabelecido pela Revolução de 1930, antecedido, porém, nos anos 1920, pela eclosão de pequenos partidos de extrema direita que deixaram como herança a semente do integralismo.¹

1 José Chasin, *O integralismo de Plínio Salgado*, São Paulo 1978.

Movimento de inspiração fascista, a AIB foi fundada por Plínio Salgado em 1932, tornando-se o primeiro partido de massas implantado em todo país, em uma época em que os partidos políticos se organizavam no espaço restrito do município ou, quando muito, a nível estadual. A força política de seus militantes foi estimada em um milhão de adeptos, constituindo uma poderosa organização no que se refere a sua cobertura nacional e ao contingente envolvido, resultado obtido em curto período, vigência que durou de 1932-1937, quando foi colocado na ilegalidade, juntamente com os demais partidos brasileiros, pelo Golpe de Estado promovido por Getúlio Vargas, em 1937.

Embora de curta duração, sua importância ultrapassou o cenário brasileiro, em decorrência de suas relações com as propostas nazifascistas europeias, fazendo parte de um espectro ideológico que vocalizava palavras de ordem a favor de um nacionalismo radical, de um autoritarismo de poder concentrado no chefe supremo da Nação, da intolerância contra o estrangeiro, do combate à democracia liberal, tendo como alvo preferencial o comunismo e o judaísmo internacional.

O movimento integralista brasileiro originou-se do processo de convergência das ideias autoritárias de direita numa sociedade em transição, frente ao impacto da nova situação internacional pós Primeira Guerra Mundial, marcada pela Revolução Soviética e pela ascensão de movimentos fascistas europeus. Por outro lado, a intensificação da industrialização da economia brasileira, a emergência de novas camadas urbanas que se incorporaram à luta política pela abertura de espaços sociais à sua inserção e a perda de legitimidade do regime político anterior (a República Velha), dominado pelo grupo agrário-exportador, foram fatores determinantes que marcaram e demarcaram este período.

A data de 1922 eclodiu em acontecimentos que merecem registro, a fim de dar conta da complexidade desse momento histórico, período permeado pela crise de insatisfação política generalizada, apresentando mudanças e grandes debates em vários campos da sociedade brasileira: a Semana de Arte Moderna, que desencadeou a revolução estética na cultura nacional; a organização política da classe operária com a criação do Partido Comunista Brasileiro; a criação do Centro Dom Vidal ligado à revista “A Ordem”, que prenunciou a renovação espiritual da Igreja Católica e, por fim, a Revolução Tenentista.

Os três elementos que formavam, até então, o tripé de sustentação da República Velha eram: a grande propriedade cafeeira e de criatório, a economia primário-exportadora e o controle político pela oligarquia rural. Essa estrutura econômica começava a apresentar fissuras, com a eclosão das mudanças que se operavam no coração do mundo urbano brasileiro, com a formação de novas elites políticas, militares, burocráticas e intelectuais.

A formação de um proletariado industrial, a insatisfação das camadas médias civis e militares em ascensão, provocaram crises sucessivas no sistema político da República Velha. Os conflitos sociais do pós 1ª Guerra Mundial e o ciclo de insurreições tenentistas engendraram a infraestrutura da crise ideológica nas elites intelectuais. A consciência nacionalista, sob diversas formas, radicalizou-se. A revolução modernista rompeu com os valores estéticos tradicionais e a renovação católica mobilizou amplos setores intelectuais para ação social e política.²

Como foi mencionado, o integralismo buscou suas fontes inspiradoras nas ideologias fascistas europeias, basicamente as do fascismo italiano, do nazismo alemão e das correntes fascistas portuguesas, mas não se caracterizou como uma cópia automática desses exemplares, embora apresentasse convergência e relações intensas com esses países.

Cabe chamar a atenção para a correspondência diplomática italiana e alemã mantida com os principais dirigentes integralistas, ao estabelecer uma rede de intensa troca de informações, de produção de material de propaganda e de doutrinação, de apoio financeiro às ações integralistas e de participação de seus líderes nas cerimônias comemorativas das datas nacionais desses países. Diversas associações integralistas serviam de local de encontro entre os adeptos do nazismo e do fascismo italiano com os integralistas.

A presença de agentes da Polícia Secreta do Governo Federal em várias dessas reuniões permitiu que manifestações claramente favoráveis ao nazismo fossem conhecidas pelo escalão superior do governo de Getúlio Vargas, que controlava à distância toda

2 Héglio Trindade, *O integralismo – O Fascismo no Brasil na década de 30*, São Paulo 1974.

movimentação. O integralismo recebia ajuda financeira do regime nazista e do fascismo italiano; integralistas participam ativamente de organizações nazistas e vários integralistas trabalhavam em firmas alemãs.³

O consulado italiano acompanhava de perto a penetração e a aceitação do integralismo pela massa numericamente crescente, favorável ao nacionalismo e à proposta de sociedade integral, baseada nos princípios do corporativismo. A Itália enviou emissários para acompanhar o desenvolvimento político integralista, visando aumentar sua influência e, no limite, levar o Brasil para a órbita do Eixo. Subsídios financeiros externos eram transferidos para os cofres integralistas, mas as relações entre o governo italiano e a liderança da AIB foram mais complexas, porque ambos disputavam a lealdade dos cidadãos ítalo-brasileiros para suas arenas específicas.

Eu era italiano e fascista. Achava que Mussolini era um grande homem que governou a Pátria e fez muito por ela. Os movimentos de antes da guerra eram autorizados pelo governo brasileiro. Aqui, em Rio Claro, marchavam juntos os fascistas de camisas pretas e os integralistas de camisa verde.⁴

Apesar de haver sistemática colaboração entre esses personagens, de sua aproximação ideológica e estratégica, o integralismo não foi um apêndice, à distância, do nazifascismo. Isso porque o integralismo se caracterizou por ser um movimento político que guardou relativa autonomia decorrente de sua circunstância histórica e social. A grande fonte de conflito entre as duas ideologias antes mencionadas girava em torno da questão racial, que apresentava configurações teóricas distintas ao lidar com a problemática do racismo em suas respectivas doutrinas, resultando daí diferenças significativas quanto à construção da identidade nacional.

O projeto integralista de nação tinha como objetivo a construção de uma

3 Natália dos Reis Cruz, “O Integralismo e a Questão Racial – Intolerância como Princípio”, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro), 2004.

4 Júlia M. Scarano, “Colonização e Migração”, *Anais do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*, São Paulo 1989.

sociedade portadora de qualidades homogêneas de sua população por meio da miscigenação racial e cultural, resultando na pretendida formação de uma raça e cultura brancas. Seus argumentos fundavam-se na tradição histórica, religiosa e cultural da nação, responsável pela formatação da *alma brasileira* derivada do caldeamento racial dos três estoques populacionais – branco, indígena e negro – gerado nos primórdios do processo de colonização do país. Em contraposição, o racismo nazista defendia o princípio da raça pura, rejeitando a mistura das raças inferiores, enquanto o integralismo defendia a miscigenação como forma de eliminar os defeitos e as fraquezas das raças inferiores, visando atingir o ideal racista do branqueamento do povo brasileiro.

Quanto ao chamado problema judaico, o integralismo resumia-o em duas questões fundamentais: a primeira centrava-se sobre o problema da não assimilação do judeu à cultura nacional, enfatizando o perigo judaico para a concretização do projeto de construção de uma identidade brasileira forte e homogênea. A segunda baseava-se na teoria da conspiração mundial judaica, que colocava em permanente perigo a construção da soberania e da cidadania nacional. Os líderes integralistas acusavam os judeus de não se integrarem à cultura brasileira, a mesma acusação que faziam às comunidades alemãs guetonzadas no sul do país. Havia, porém, uma diferença entre o antissemitismo e o antigermanismo na doutrina integralista. Assim, “os alemães deveriam se misturar à cultura nacional para inserir seu ‘sangue bom’ na raça brasileira, enquanto os judeus deveriam participar do caldeamento para que seu ‘sangue ruim’ fosse lavado pelo sangue branco europeu”.⁵ Essa proposta estava na raiz da teoria da eugenia, que utilizava conceitualmente as categorias de sangue bom e de sangue ruim, conforme desenvolvido por F. Galtung.⁶

O líder do movimento integralista, Plínio Salgado, teve sua formação intelectual e aprendizagem política nas crises de transição que ocorreram nos anos 1920, conforme explicitado.

5 Natália dos Reis Cruz, “O Integralismo e a Questão Racial – Intolerância como Princípio”, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro), 2004.

6 Francis Galtung, *Herencia y Eugenesia*, Madrid 1988.

Sua ação até a Revolução de 30 envolveu uma contradição básica: embora engajado num partido político da oligarquia paulista, de cujo jornal oficial, *O Correio Paulistano*, era redator, tornou-se, anos mais tarde, deputado federal, tendo participado da vanguarda da revolução estética modernista.⁷

Em sua viagem à Europa, às vésperas da revolução de 30, teve oportunidade de estudar *in loco* a experiência fascista italiana, pela qual ficou deslumbrado, tendo-se convencido da fragilidade da democracia liberal e sua impossibilidade de gerar a almejada integração social e política da sociedade brasileira sem conflitos, sem lutas de classes, em harmonia, de acordo com as premissas do futuro Estado Integral – o desenho do modelo de poder político do integralismo.

O processo de transformação ideológica de Plínio Salgado sofre várias etapas de mutação, a começar pelo campo da literatura, ao introduzir questões de ordem política em sua obra; a publicação de seu livro *O Estrangeiro*, em 1926, fixou o marco definitivo de sua convicção ideológica. A seguir, em sua segunda etapa, a fase pré-integralista se inicia quando Plínio Salgado incorpora à ação política os temas nacionais vinculados à sua experiência modernista, caracterizando-se esta fase pela influência do ideário fascista, que irá se substanciar em seus romances posteriores, formando uma importante trilogia com a adição dos livros *O Esperado* e *o Cavaleiro de Itararé*.

O Manifesto de Outubro de 1932 – documento fundador do Movimento Integralista – anuncia em sua página de abertura que “Deus dirige os destinos dos povos”, assim como estabelece o lema: “Deus, Pátria e Família” que representava a diretriz a ser obedecida em relação à “sua base espiritualista numa pátria organicamente constituída pela inserção dos trabalhadores representados corporativamente, educados na moral cristã e tendo a família como seu sustentáculo”.⁸

A proposta de constituição do Estado Integral – ideia-chave orientadora da ação política integralista – privilegia o princípio do nacionalismo, cujo

7 Héglio Trindade, *O integralismo – O Fascismo no Brasil na década de 30*, São Paulo 1974,

8 Márcia R. Silva Ramos Carneiro, “Memória e integralismo: um estudo de militância no Rio de Janeiro”, Tese de Mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2002.

conteúdo era inicialmente mais intelectual que econômico, apelando para tomada de consciência nacional por meio do slogan “despertemos a nação” em paródia ao “gigante adormecido pela própria natureza” contido no Hino Nacional.

A evolução dessa ideia-base doutrinal caminhou para a incorporação de forte conteúdo econômico anti-imperialista e antissemita que teve como ideólogo Gustavo Barroso, que sustentava a tese de que “o judaísmo apátrida não exhibe fidelidade patriótica em relação ao país no qual vive; o judeu é, e será sempre, um eterno estrangeiro”.⁹

O antisemitismo, contudo, não era um tema consensual entre os ideólogos do integralismo, com exceção de Gustavo Barroso¹⁰, vocalizador da corrente antijudaica radical. Outros doutrinadores integralistas, sem negar os aspectos nocivos da ação semita no plano das finanças internacionais, omitiam-se ou silenciavam quanto a considerar que os judeus ou o judaísmo constituíam-se em inimigos declarados do integralismo. É possível apreender, portanto, uma gradação nas formas de antisemitismo integralista, embora o tema e as atitudes de indesejabilidade em relação aos judeus tenham-se incorporado à ideologia integralista em razão da grande receptividade das ideias antijudaicas pelos militantes da base, controlada por Barroso, assim como em seus diversos livros panfletários: *Brasil, colônia de banqueiros* (1936); *A Sinagoga Paulista* (1937); *História Secreta do Brasil* (3 volumes; 1937-8); *Judaísmo, Maçonaria e Integralismo* (1937) e na introdução e tradução do livro *Protocolos dos Sábios de Sião*.

O formato da estrutura organizacional da AIB era fortemente burocratizado e manifestava-se através de um sistema rígido de funções, estatutos e ações minuciosamente previstas e em obediência incontestável ao chefe supremo da nação, havendo órgãos especialmente criados para aplicar penalidades aos infratores. Suas características, portanto, assentavam-se sobre seu caráter totalitário, centralizador, de disciplina dos militantes e de fidelidade jurada em cerimônias de alta ritualidade.

Os ritos ocupavam parte central na socialização ideológica dos militantes e tinham início no batismo cristão. O integralista que desejava batizar seu filho conforme o ritual integralista deveria ter a anuência do chefe local.

9 Gustavo Dodt Barroso, *Brasil, colônia de banqueiros*, Rio de Janeiro 1936.

10 Idem, *A Sinagoga Paulista*, Rio de Janeiro 1937.

Os parentes e os padrinhos da criança, bem como os membros locais da Juventude Integralista eram obrigados a assistir à cerimônia ostentando o uniforme. Nos casamentos de integralistas, a noiva precisava estar vestida, na cerimônia civil, com uma blusa verde, conforme seu uniforme; e no casamento religioso, trajando o vestido clássico das noivas, deveria usar um emblema integralista do lado do coração. Ao noivo, era exigido o uso do uniforme de miliciano.¹¹ A ritualização das cerimônias e dos eventos de praça pública preenchiam a função não declarada de reforço identitário e de cimentação ideológica, visando garantir fidelidade doutrinal e obediência às normas e aos costumes consagrados por meio dos conteúdos programáticos.

A arregimentação, a disciplina de novos militantes e a capacitação para a formação daqueles que iriam exercer funções de liderança do movimento era o objetivo da doutrina integralista, que visava à consolidação e a expansão da AIB por meio da chamada educação integral.

Para a formação dos quadros de elite, a AIB reservava dois importantes cursos: *Estudos Integralistas*, com oito meses de duração, e *Altos Estudos*, com dez meses de duração, que compreendiam uma ampla gama temática na área das ciências sociais e políticas. Visando à propaganda ideológica da AIB, foi criado, em 1935, um consórcio jornalístico denominado “Sigma – Jornais Reunidos”, composto de periódicos nacionais: dois jornais – *A Offensiva* e *O Monitor Integralista* e duas revistas de âmbito nacional – *Revista Anauê* e *Revista Panorama*, além de 88 periódicos de abrangência local/regional.

As ideias veiculadas pelos intelectuais da AIB eram também veiculadas através de uma rede de escolas, criadas e financiadas pelo Movimento, nas quais se ministravam cursos de alfabetização, núcleos semiprofissionais de corte e costura, enfermagem, datilografia e taquigrafia, entre outros.

O Estado Integral, modelo da futura sociedade integralista, era planejado como uma “democracia orgânica”, alicerçada em categorias profissionais e em oposição ao sufrágio universal, refletindo os sistemas de cunho corporativistas vigentes nos países europeus de corte fascista. Segundo essa definição, o Estado Integral não seria resultante da soberania popular

11 Hêlgio Trindade, *O integralismo – O Fascismo no Brasil na década de 30*, São Paulo 1974.

expressa pelo processo eleitoral, mas de acordo com a organização de categorias profissionais de seus componentes, cuja luta social e o combate econômico seriam resolvidos no âmbito do Estado.¹²

O integralismo dedicava muita importância aos símbolos, destacando-se o sigma (Σ), letra grega que significava somatório – a pátria como somatório de todas suas forças ativas – que se encontrava gravado na bandeira e em todos os emblemas do movimento, na manga do braço direito das camisas dos integralistas e das blusas das integralistas. A saudação entre os militantes era feita com o braço direito estendido como nos fascismos europeus e o gesto era acompanhado da palavra *Anauê*, palavra indígena da língua tupi, que poderia significar, ao mesmo tempo, um grito de guerra ou uma saudação pacífica, pois também era traduzida como “você é meu irmão”.

Em relação à função e ao papel da mulher no integralismo, a doutrina apontava sua imprescindível importância como responsável pela célula básica da sociedade integralista: a família, e seu papel de agente socializador das novas gerações dentro dos padrões da moralidade cristã e de amor à pátria. Afirmava, também, que o relacionamento entre homens e mulheres não ocorre em situação marcada pela ordenação “dominação *versus* subordinação”, como nos velhos tempos patriarcais, mas que deveria ser entendido como atores complementares em função de suas diferenças inatas, embora iguais como seres humanos.

Assim, segundo os pressupostos integralistas, o “homem e a mulher biologicamente se complementam, sentimentalmente se harmonizam, moralmente se identificam e intelectualmente se unem, por uma superior aspiração comum”.¹³ Por outro lado, as tarefas masculinas e femininas “se distinguem no lar, na sociedade e na Pátria: essas tarefas não se chocam, pois se originam da natureza própria de cada um”.¹⁴

12 Jefferson Rodrigues Barbosa, “Sobre a Sombra do Eixo: camisas verdes e o jornal *Ação* (1936-1938)”, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), 2007.

13 Citação retirada do jornal *O Monitor Integralista*, dezembro, 1936.

14 Schema das Theses: práticas a serem desenvolvidas pelas mulheres em todos os núcleos da *Ação Integralista Brasileira* (AIB).

A mulher tem deveres do seu sexo e direitos de sua vocação. Ela pode ser cientista, artista, escritora, técnica e representar politicamente sua classe desde que tenha aptidões para tal, nunca porém, deixando de cumprir os deveres inerentes a sua condição de mãe, esposa e dona de casa.¹⁵

Desse modo, a divisão sexual dos papéis socialmente determinados é explicada pela diversidade psicológica existente entre homens e mulheres, residindo o traço intrínseco feminino no seu alterocentrismo, ou seja, na sua capacidade de dedicação, senso maternal, capacidade eminentemente educativa e portadora de uma sensibilidade especial para a renúncia e o sacrifício. Paralelamente, o temperamento masculino, no seu *egocentrismo*, apresenta uma tendência pronunciada ao raciocínio, à análise e à abstração. Apontando as diferenças, homens e mulheres deveriam viver e trabalhar em colaboração recíproca, complementando-se, porque juntos se potencializam.

Em decorrência dessa visão de complementaridade, a AIB rejeitava tanto as teorias feministas quanto as masculinistas ou machistas, que olvidavam o valor da mulher como um ser moral, fundamento do equilíbrio da Sociedade Integral, reservando-lhe um espaço próprio de atuação: o lar e a família. Apesar de conservadora nesses aspectos, a AIB demonstrou relativa modernidade ao incluir, nas desejáveis atribuições femininas, a cultura e os estudos como itens relevantes para seu pleno exercício como ator social, abrindo, deste modo, um espaço de atuação próprio: o campo educacional formal e não formal.

Coube às mulheres, sobretudo a partir de 1935, quando a AIB se converte em partido político, a tarefa de formação de uma massa eleitoral integralista: passa a ser tarefa fundamental arregimentar novos adeptos e instrumentá-los para o voto. Para tal, criou-se um amplo sistema de Escolas de Alfabetização de Adultos sob o comando da AIB, pois o processo eleitoral não permitia o voto do analfabeto. O sufrágio feminino – o voto concedido às mulheres em 1934, depois de longo processo de lutas pelo direito eleitoral – abriu os horizontes de participação na esfera política às mulheres alfabetizadas, aumentou o contingente de eleitores e a AIB utilizou

15 Íbid.

seu segmento de professoras para se engajar ativamente na arregimentação de novos eleitores.

Em 1937, por meio de uma de suas diretrizes enviadas a todas as secretarias provinciais da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos, após considerar ser de suma importância a cooperação feminina nos serviços de preparação e qualificação eleitoral, a mulher integralista é convocada a se engajar na chamada patriótica de arregimentação eleitoral de novos membros e conseguir alistar dois terços, pelo menos, de eleitores da AIB.¹⁶

Outros partidos políticos no Brasil, nesta época, também tiveram um departamento feminino, porém não se percebe a presença das mulheres em atividades especialmente programadas nem, tampouco, de forma tão intensa como as das blusas verdes. Isso se deve à tarefa a elas destinada, como missão de forte apelo emocional, visando arregimentar novos adeptos e divulgar o ideário do partido.

Baseada em um sistema bastante rígido de relações hierárquicas, a AIB desenvolvia-se por meio de um discurso simbólico, materializado por imagens e representações, e uma cênica espetacular na esfera pública, principalmente, que definia as práticas da militância, incluindo a forma de vestir e falar, a gestualidade, além de penetrar nas dimensões mais íntimas e privadas do cotidiano, como a regulamentação dos batizados, casamentos, aniversários e falecimentos.¹⁷

Os desdobramentos e efeitos provocados pela modernidade eram racionalizados pelo discurso integralista que orientava a inserção feminina no espaço político, desde que mantivessem o princípio básico de suas atribuições familiares. Contudo, foi possível observar que as mulheres integralistas assumiram a militância de maneiras diversas e adentraram o movimento movidas por sua condição social de classe e etnia e, por isso, exerceram distintos papéis e demonstraram comportamentos diversos, extrapolando a sua condição desejada de docilidade maternal.

16 Jornal *Acção*, 17 de dezembro de 1937.

17 Lídia M. Vianna Possas, *As Cartas Femininas: relação de gênero na escrita das "blusas verdes"*, São Paulo, 2004.

Quanto à possibilidade de terem uma voz mais ativa ou mais próxima da cúpula partidária, as militantes integralistas passaram a ter correspondência direta com Plínio Salgado, cujas cartas publicadas permitiram perceber a variedade de assuntos tratados, desde aqueles referentes às questões institucionais propriamente ditas até aqueles de ordem pessoal, o que evidenciava uma prática completamente alheia aos protocolos e à hierarquia da AIB. Esses vínculos simbólicos de relacionamento epistolar produziam uma especial consideração entre o chefe e a militante, abrindo a oportunidade de expressar paixões secretamente sonhadas com seu ídolo, refletindo também uma nova forma de responsabilidade compartilhada entre esses parceiros iguais na ideologia, mas diferenciados na hierarquia institucional.

A análise das práticas e experiências das mulheres integralistas na sociedade brasileira demonstra que, naquele contexto dos anos 1930, estava presente a politização do privado e a privatização do público, pois não havia distinção clara entre esses dois espaços sociais.¹⁸

Para finalizar, é necessário esclarecer que, apesar da participação política aberta às mulheres através das normas aprovadas institucionalmente, o Movimento Integralista não lhes concedeu a liberdade de se desvincularem de sua esfera doméstica, atribuindo-lhes a obrigatoriedade de desempenhar papéis de cunho filantrópico, além do desempenho das funções de mãe e dona de casa.

Quanto à inserção da mulher na difusão do conteúdo político associado ao antissemitismo, observa-se um relativo silenciamento nas fontes consultadas, necessitando de maior esclarecimento futuro resultante de novas pesquisas sociopolíticas. Mas esse silenciamento pode ser interpretado e decodificado de várias maneiras. Uma possível refere-se ao divórcio entre o papel político das mulheres e os temas controvertidos que não se encontravam consensualmente definidos pelo líder da AIB, Plínio Salgado. Outra interpretação desse silêncio aponta para o fato de que esta situação foi claramente intencional na fase pré-integralista visando manter a imagem da mulher consciente de suas funções domésticas delegadas pelos Estatutos do Partido Integralista e, portanto, não contaminada pela

18 Daniel Henrique Lopes, “As Experiências Femininas na AIB (1932-1937) - Revendo o Passado. Gênero e Representação”. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), 2007.

doutrina, área preferentemente de atuação masculina. E, ainda, determinados pesquisadores declaram-se incompetentes para explicar como as mulheres integralistas operacionalizavam as ideias antissemitas que circulavam abertamente através da doutrinação de Gustavo Barroso e de seus livros recomendados pela AIB. As fontes consultadas não oferecem dados confiáveis e elucidativos para produzir um pensamento crítico a respeito da relação entre mulheres integralistas e o antissemitismo.

Neste breve estudo sobre o integralismo brasileiro, foi possível verificar uma grande oscilação de aproximação e afastamento das variáveis do nazifascismo, na medida em que os valores cristãos que impregnavam as propostas da AIB eram utilizados no distanciamento conceitual entre essas propostas doutrinárias. Isto porque a pretendida forma de operar a sociedade brasileira por meio do Estado Integral privilegiava o papel da miscigenação como base racial, associando-a à herança cultural ibérica-cristã, relativizando as formulações e práticas fascistas, e exibindo, portanto, uma especificidade que lhe conferia características singulares.

Quanto à herança sociocultural e política que porventura tenha sido legada para as gerações sucessivas de militantes e simpatizantes do integralismo após a sua vigência, cabe esclarecer que existe em funcionamento, embora disperso e não organizado centralmente, um movimento neointegralista composto por adeptos da doutrina do Sigma. Estão estruturados em grupos espalhados pelo país e atuando em várias frentes que tentam reativar as ideias e a visão de mundo integralista valorizando a desigualdade e a hierarquia, os preconceitos raciais e culturais, amparados e associados a outros movimentos, entre os quais citam-se os neonazistas brasileiros e estrangeiros. Utilizam técnicas modernas de comunicação de massas, como a Internet, para divulgação de suas doutrinas e chamamentos para reuniões e “ações de rua” cujo alcance de atuação é imprevisível.

Vários de seus integrantes são descendentes de velhos integralistas e muitos outros são jovens adeptos que adotam as políticas integralistas como solução para a falta de perspectiva causada pelo modelo de desenvolvimento excludente em vigor no país.¹⁹

19 Natália dos Reis Cruz, “O Integralismo e a Questão Racial – Intolerância como Princípio”, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro), 2004.